

A CARTOGRAFIA DO PODER NO PARANÁ: Não era só mais uma Aparecida com o legado da hierarquia familiar

Priscilla Cidral da Costa

Instituição: UFPR

E-mail: costacidralpriscilla@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5058-6626>

Sylvana Kelly Marques da Silva Laibida

Instituição: UFMA

E-mail: sylvana.kelly@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5839-4562>

Luiz Demétrio Janz Laibida

Instituição: SEED-PR

E-mail: luizdemetrio10@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4174-1838>

Resumo: Concentramo-nos na análise das estruturas de poder no estado do Paraná, com especial atenção à influência do familismo na trajetória política da Aparecida Borghetti. Estabelecemos a investigação da consolidação da sua ascensão política com as conexões entre relações de parentesco e práticas de nepotismo articuladas aos capitais econômico e político. O arcabouço teórico mobilizado traça um diálogo entre perspectivas sociológicas e históricas, a partir de aportes marxistas, a pesquisa problematiza as relações de poder, evidenciando os mecanismos de reprodução e manutenção das classes dominantes na dinâmica política regional. Contribuindo assim, para os debates contemporâneos sobre os desafios da equidade social. Para a operacionalização da pesquisa priorizamos os métodos genealógico e prosopográfico, combinados com a investigação biográfica, a documental, o mapeamento de redes sociais e a identificação das articulações de poder. Estruturamos o estudo em três etapas: descrição biográfica baseada na análise genealógica; apresentação das relações sociais por meio da investigação prosopográfica; e a indicação das interseções entre economia, familismo e poder político na consolidação política da parlamentar. Consideramos que a representatividade feminina da Maria Aparecida Borghetti na política, longe de se aproximar de um processo de luta por ampliação de direitos ou de quebrar barreiras à democratização do gênero no acesso e participação política, perpetua as estruturas hierárquicas tradicionais relacionadas, principalmente, as práticas familistas, evidenciando as dinâmicas de poder na reprodução dos privilégios e exclusões.

Palavras-chave: Familismo. Poder. Política. Genealogia. Aparecida Borghetti.

THE CARTOGRAPHY OF POWER IN PARANÁ:

She wasn't just another Maria with the legacy of the family hierarchy.

Abstract: We focus on the analysis of power structures in the state of Paraná, with special attention to the influence of familism on the political trajectory of Aparecida Borghetti. We establish the investigation of the consolidation of her political rise through the connections between kinship relations and nepotistic practices articulated with economic and political capital. The theoretical framework mobilized establishes a dialogue between sociological and historical perspectives. Based on Marxist contributions, the research problematizes power relations, highlighting the mechanisms of reproduction and maintenance of dominant classes within the regional political dynamic, thereby contributing to contemporary debates on the challenges of social equity. For the operationalization of the research, we prioritized genealogical and prosopographical methods, combined with biographical investigation, document analysis, social network mapping, and the identification of power articulations. The study was structured in three stages: biographical description based on genealogical analysis; presentation of social relations through prosopographical investigation; and the indication of intersections between economy, familism, and political power in the political consolidation of the parliamentarian. We consider that the female representativeness of Maria Aparecida Borghetti in politics, far from resembling a process of struggle for the expansion of rights or breaking down barriers to gender democratization in political access and participation, perpetuates traditional hierarchical structures, mainly related to familist practices, highlighting the dynamics of power in the reproduction of privileges and exclusions.

Keywords: Familism. Power. Politics. Genealogy. Aparecida Borghetti.

LA CARTOGRAFÍA DEL PODER EN PARANÁ:

No era simplemente otra Aparecida con el legado de la jerarquía familiar.

Resumen: Nos centramos en el análisis de las estructuras de poder en el estado de Paraná, con especial atención a la influencia del familismo en la trayectoria política de Aparecida Borghetti. Establecemos la investigación sobre la consolidación de su ascenso político a partir de las conexiones entre las relaciones de parentesco y las prácticas de nepotismo articuladas con el capital económico y político. El marco teórico movilizó traza un diálogo entre perspectivas sociológicas e históricas. Con base en aportes marxistas, la investigación problematiza las relaciones de poder, evidenciando los mecanismos de reproducción y mantenimiento de las clases dominantes en la dinámica política regional, contribuyendo así a los debates contemporáneos sobre los desafíos de la equidad social. Para la operacionalización de la investigación, priorizamos los métodos genealógico y prosopográfico, combinados con la investigación biográfica, el análisis documental, el mapeo de redes sociales y la identificación de articulaciones de poder. El estudio fue estructurado en tres etapas: descripción biográfica basada en el análisis genealógico; presentación de las relaciones sociales a través de la investigación prosopográfica; y la indicación de las intersecciones entre economía, familismo y poder político en la consolidación política de la parlamentaria. Consideramos que la representatividad femenina de Maria Aparecida Borghetti en la política, lejos de representar un proceso de lucha por la ampliación de derechos o de ruptura de barreras hacia la democratización de género en el acceso y la participación política, perpetúa estructuras jerárquicas tradicionales, relacionadas principalmente con prácticas familistas, poniendo en evidencia las dinámicas de poder en la reproducción de privilegios y exclusiones.

Palabras clave: Familismo. Poder. Política. Genealogía. Aparecida Borghetti.

INTRODUÇÃO



Neste estudo focamos nos artifícios de produção e construção do poder no estado do Paraná. A investigação parte da hipótese que esses itinerários devem ser compreendidos sob a perspectiva das inter-relações entre poder econômico e poder político, mediadas e atravessadas por interesses de ordem familiar. Concentramo-nos aqui nas conexões que estruturam a influência da família Barros-Borghetti com foco na trajetória de um dos seus membros, Maria Aparecida Barros Borghetti, no campo político paranaense.

O texto é parte de uma investigação mais ampla, vinculada às pesquisas do NEP- Núcleo de Estudos Paranaenses, que abordam as instituições, as relações de poder e as famílias. O referencial epistemológico traça um diálogo com estudos marxistas, que do mesmo modo se direcionam as relações entre poder e classe dominante. Em mais de trinta anos de estudos, as análises realizadas pelo NEP evidenciam os movimentos dos interesses das famílias pertencentes à classe dominante e tradicional permeando os círculos privilegiados das instituições nacionais (ALVES, 2018a; COSTA, 2023; GOULART, 2018a; LAIBIDA, 2019; OLIVEIRA, 2015; PRADO JR., 2023).

A manutenção das classes dominantes intermediada pelos vínculos familiares é um aspecto central do debate, uma vez que as forças decorrentes da modernização econômica, social, política e urbana que se impuseram — impulsionadas pelo processo de industrialização, que moldou o país e, conseqüentemente, o estado do Paraná — não resultaram em uma ruptura com elementos pré-modernos e coloniais (AUGUSTO, 1978), tal como a centralidade da família tradicional, possuidora de terras, como elemento fundamental do poder econômico e social. Embora o colonialismo tenha se encerrado como processo histórico, lógicas que o estruturaram ainda permanecem enraizadas (QUIJANO, 2005), produzindo interações sociais em que continuidades e rupturas se efetivam nas práticas coletivas e cotidianas sustentando relações arregimentadas por específicas famílias do poder.



Em um país com um histórico socioeconômico lento no que tange a absorção dos princípios da pluralidade, as estruturas familiares e a hereditariedade de variados bens objetivos e subjetivos, associadas aos capitais econômicos, culturais, sociais e simbólicos desempenham um papel crucial na formação do *ethos* político (BOURDIEU, 2011; 2002; OLIVEIRA, 2017). A influência e o poder acumulados por famílias tradicionais constroem disposições que fortalecem as alianças e dependências no cenário político.

Com uma trajetória análoga à tradicional família paranaense, a parlamentar Maria Aparecida Borghetti é o objeto deste estudo de caso. Tendo em conta que cada vez mais um conjunto de mulheres lutam por direito a acessos básicos e se organizam em prol de uma participação mais ativa no campo político, compreendemos que o processo de apreensão da construção dessa trajetória política servirá como chave interpretativa de práticas que se transmutam e se recriam em nossos cotidianos e traz à tona a temática do gênero feminino, suas materializações e lutas políticas que cada vez mais ganha o interesse das ciências sociais.

Assim, conjugados com o exame do encadeamento das estruturas familiares na perpetuação e composição das redes de poder no cenário político é que perguntamos: - Como Maria Aparecida se torna uma das principais forças políticas do estado do Paraná? Para responder essa questão elencamos como objetivo específico a verificação da influência ou não do familismo em sua trajetória política. O objetivo será organizado por meio de três objetivos específicos: primeiro, exame e apresentação, de modo sintético, de um mapeamento biográfico da Aparecida Borghetti privilegiando seus aspectos genealógicos; na sequência traçaremos uma análise prosopográfica da parlamentar pontuando as questões de gênero na teia do seu papel social; por fim, apontaremos as interseções existentes entre economia, familismo e poder político e suas interações, ou não, na consolidação da sua trajetória

política. E de modo mais amplo situaremos o caso analisado dentro de debates teóricos sobre poder, igualdade de acessos e desigualdade social.

A metodologia combina análises genealógica e prosopográfica. Com o objetivo de aprofundar a compreensão das relações político-familiares, investigou-se as origens sociais da Maria Aparecida, que se revelou essencial na construção da sua trajetória de vida, complementada pelo mapeamento de redes sociais, ferramenta estratégica para compreender as relações que estruturam o seu campo político.

Temos em conta que a investigação da família se dá como uma unidade fundamental para a percepção dos indivíduos nos espaços políticos¹. Variáveis como contexto cultural, local de nascimento, formação profissional e acadêmica, relações de parentesco, religião, espectros ideológicos, trajetória pública, capitais simbólicos e matrimoniais, agregam na construção da cartografia do poder local.

Organizamos o artigo em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na segunda seção apresentamos um debate teórico, concatenado aos interesses da análise, sobre o legado da hereditariedade nas estruturas de domínio familiar. Na sequência, apontamos as escolhas metodológicas empregadas na organização e análise do material coletado, em conexão com a apresentação dos capitais que formatam a trajetória da Aparecida Barros. A quarta parte expõe, a partir das análises do campo, as tendências observadas na interseção entre o familismo e a ascensão política da investigada.

Por fim, na seção final, por intermédio de um balanço do texto consideramos que a representatividade feminina da Maria Aparecida Barros Borghetti na política, ao invés de constituir-se como expressão de uma luta pela ampliação de justiça social

¹ Por Espaço político Bobbio entende que “a área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico. Todo sistema político é caracterizado por um certo número de conflitos: conflitos sobre a distribuição da renda, sobre a intervenção do Estado na economia, sobre as relações Estado-Igreja, ou então conflitos de natureza linguística, étnica, e por aí além. Na medida em que tais conflitos ou linhas de divisão são fatores de mobilização do eleitorado, eles influem no comportamento político dos eleitores e na estratégia dos partidos e, consequentemente, no desenrolar da disputa eleitoral. A conformação destes conflitos representa a área do Espaço político. Em resumo, portanto, o Espaço político identifica-se com o espaço da competição eleitoral nos regimes democráticos de massa” (BOBBIO, 1998, p.392).

ou pela superação de barreiras históricas à democratização do gênero no acesso a capitais que garantem a expansão dos direitos e das liberdades individuais na esfera pública, revela-se como uma continuidade das estruturas hierárquicas tradicionais e arcaicas. Sua trajetória está fortemente ancorada em práticas familistas, evidenciando a permanência das dinâmicas de poder que operam na reprodução de privilégios das classes dominantes e na manutenção de exclusões no campo político.

O LEGADO DA HEREDITARIEDADE NA CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS DOMINANTES

Nos interessamos na análise das dinâmicas de produção e reprodução do poder no estado do Paraná, com foco na trajetória política de destaque da Maria Aparecida Barros Borghetti, que inclusive já chegou a assumir o cargo de governadora do estado. Como membro da tradicional família paranaense 'Barros', partimos da hipótese de que seus processos de ascensão política na região estão profundamente marcados pelas inter-relações entre poder econômico e familiar. O que favorece um cenário de continuidades econômicas e acesso a espaços privilegiados nas esferas de poder. Evidenciando a centralidade do familismo como estratégia de manutenção das elites Goulart (2018a; 2018b), afirma que a estrutura que envolve as famílias tradicionais do Paraná os torna grupos coesos, com fortes laços e alianças, sendo estratégico, por exemplo, o casamento, que mantém a elite unida e alinhada em seus interesses.

Nesse aspecto, o campo de poder regional paranaense pode ser compreendido como 'um todo estruturado temporalmente a partir de regras e relações entre os seus componentes e o seu contexto-cenário' (OLIVEIRA, 2000, p. 1). Esses cenários refletem os projetos de poder das classes dominantes, frequentemente alinhados aos interesses políticos das elites ao longo das gerações. Esses grupos alicerçam-se em meio a projetos de dominação e controle socioeconômico, iniciados, ainda, no



período das sesmarias. Primeiro, com a influência do Estado Português, logo pela composição estatal que se organiza na dimensão local, e que permanece vigente até os dias atuais, o que contribui para a contínua entrada das famílias tradicionais no aparelho do Estado direcionando os investimentos e interesses públicos em prol das paixões de poucos (OLIVEIRA, 2000; 2012a; 2015; MONTEIRO, 2017; SAN'T ANNA, 2008b).

No Paraná, os encadeamentos familistas organizam práticas de nepotismo e estruturam bases de poder que se estende a outras escalas, do local ao nacional, perpetuando a dominância dos seus próprios grupos. Os vínculos familiares possibilitam acesso privilegiado a redes de poder e a recursos políticos, independentemente do espectro ideológico ocupado por outros atores (OLIVEIRA, 2012b). Além disso, esses vínculos contribuem para moldar a identidade e a capacidade de atuação no campo político e fora dele. A valorização dos laços familiares e do casamento, como estratégias para a busca e manutenção do poder, manifesta-se, portanto, por meio do compartilhamento de recursos e do apoio político mútuo.

A influência e o controle exercidos por essas famílias constituíram verdadeiros casos de mandonismos e clientelismo (CARVALHO, 1997) que impactaram sobre as instituições públicas e beneficiaram as privadas, que lhes são próprias, gerando assimetrias e desigualdades sociais, que muitas vezes, privaram a participação de outros grupos e atores políticos nos campos privilegiados de poder, especialmente, aqueles que não compartilhavam dos mesmos laços econômicos. Nos referimos ao controle que tais famílias exercem no legislativo, no executivo e no judiciário (OLIVEIRA, 2007). O que favorece, também, nos dias atuais a manutenção do domínio de áreas economicamente estratégicas, como a posse de latifúndios, a posse do setor industrial, e, obviamente, a cooptação de novos mercados com impacto

cultural decisivo, tal como o dos vários meios de comunicações e informações que surgem e se expandem (LAIBIDA, *et al.*, 2024).

Como argumenta Oliveira (2015), a manutenção das famílias tradicionais no topo da hierarquia restringe a mobilidade social e dificulta a inclusão de novos atores que não possuem capitais privilegiados (BOURDIEU, 2002; 2011), nas esferas decisórias do poder, especialmente, no aparelho do Estado. Arno J. Mayer (1981, p. 16), afirma que essas relações estão amarradas a uma ordem antiga, tradicional, composta pela sociedade rural europeia, cuja economia agrária era dominada pela hereditariedade e pelos privilégios da classe nobre. Esta classe ocupava os primeiros lugares nos planos culturais, políticos, sociais e econômicos de sua época, sendo o sustentáculo de uma política que moldava as instituições segundo as lógicas absolutistas.

Esse direcionamento dado por Mayer (1981) sobre os velhos regimes europeus oligárquicos que com a sua adaptabilidade e sistema de elasticidade se retroalimentaram por gerações, assimilados até nos contextos atuais. Também, é observado nas trajetórias das velhas oligarquias brasileiras, pois atravessaram séculos amalgamando os seus interesses aos projetos econômicos e sociais do país, organizadas estrategicamente por meio de continuidades familiares no tecido social. No caso brasileiro, as famílias dominantes representam o que Mayer (1981) aponta como sociedade política, adaptadas aos novos tempos conservaram-se no poder ao longo dos séculos, mediadas pelo processo da 'metamorfose burguesa', com o que adentraram no novo sistema econômico-social modernizante mantendo-se por gerações nas instituições sociais e políticas (OLIVEIRA, 2000; 2012; 2015; 2017; GOULART, 2018b).

As trajetórias das famílias tradicionais brasileiras são marcadas por sobrenomes de grande expressão nos campos de influência, consolidando verdadeiras cartografias de poder, onde o nepotismo desempenha um papel central



nas organizações institucionais e formações corporativas, refletindo uma cultura de concentração de mando que persiste por gerações por meio de redes familiares. No Brasil, se pensarmos rapidamente, logo vem em mente, sobrenomes como os Matarazzo, Guinle, Marinho, Sarney, Calheiros, Magalhães, Vital do Rêgo, são famílias que se observadas compõe verdadeiros oligopólios do poder, para além ainda refletem o enraizamento dos seus interesses familiares no Estado, majoritariamente com os vínculos entre parentesco e política.

No Paraná, destacam-se as famílias Pimentel, Lupion, Guimarães, Arns, Braga, Moro, Macedo, Slaviero, Camargo, Barros, Mello & Silva, entre outras. Todos os exemplos são prenes de interferência econômica e política, é emblemático o caso da influência social da Família Lupion, oriunda da migração espanhola. Esse clã tem suas origens em Moysés Lupion, natural de Jaguariaíva. Em determinada ocasião, o Banco do Brasil dedicou 76 páginas a um relatório detalhado sobre os bens e negócios da empresa M. Lupion e Cia, evidenciando o alcance patrimonial e econômico da família (MATHEUS, 2019).

Durante a década de 1990, os estudos sobre a política paranaense concentraram-se nas trajetórias das famílias historicamente mais influentes do estado, como os citadas no parágrafo anterior. Essas pesquisas, voltadas ao cenário estadual, buscaram desvendar tanto os vínculos genealógicos quanto as interconexões entre as estruturas de poder familiar e o poder público. Com os avanços nos estudos das famílias paranaense as práticas de nepotismo e familismo ganharam centralidade no processo de elucidação da história local. Conforme esclarece Oliveira (2015; 2017), o nepotismo é um elemento comum nas práticas das famílias dominantes no campo político paranaense, opera não apenas como um identificador de pertencimento a essas classes, mas também como uma estratégia de fortalecimento de identidades, manutenção social e conexões entre os pares.

Essas famílias tradicionais, vem de esferas de mando local, onde constroem estratégias para a manutenção de seus bens, reprodução da sua linhagem e expansão da sua influência para além de seu núcleo. Como é o caso de muitas famílias tradicionais a história da família Barros – ao qual Maria Aparecida passou a pertencer –, confunde-se com a própria formação do município de Maringá, onde foram um dos moradores pioneiros, adquiriram terras, bens e construíram a centralidade enquanto elite política do norte paranaense (VALENCIANO, 2013).

Podemos afirmar que no interior do sistema de um estado republicano de direito o município de Maringá inicia sua jurisdição tendo como um dos marcos a união matrimonial entre Bárbara Cecily Netto e Silvio Magalhães Barros, na década de 1950, é o início da consolidação de uma linhagem de forte atuação política e econômica, com ênfase nas trajetórias de Silvio Barros e seus filhos, Ricardo Barros e Silvio Barros II, ambos com prestígio econômico, social e político.

O patriarca da família citada, Silvio Magalhães Barros, já com sucesso empresarial, enveredou no ambiente político como vereador, logo conquistou as cadeiras de: deputado estadual, deputado federal e prefeito de Maringá. Seus filhos herdaram o legado político: Ricardo Barros foi deputado federal e ministro, enquanto Silvio Barros II foi prefeito de Maringá e atuou em diversas funções ligadas ao turismo nacional e internacional. A família tem o sobrenome marcado no espaço público por meio de diversas homenagens como nome de escolas, rodovias e prédios administrativos.

Na sequência, um dos herdeiros da família Barros prossegue com um matrimônio que se torna um elemento estratégico na construção de alianças de poder. Ricardo Barros casa-se com Débora Villa Nova Kasprovicz, com esse enlace uniu os Barros à família Villa Nova, família dominante tradicional com envolvimento na política local desde a gestão do primeiro prefeito de Maringá, Innocente Villa Nova Júnior. A aliança fortaleceu ainda mais os vínculos entre capital econômico e

político. “A importância social e política de ‘bons’ casamentos é uma marca na carreira de muitos políticos paranaenses e brasileiros” (OLIVEIRA, 2016, p.16).

Nesse período, nos referimos a década de 1980, Ricardo Barros, iniciando a sua segunda década de vida já era consultor dos empreendimentos da própria família, proprietário de meio de comunicação no sistema de radiofusão, sócio e presidente de outros empreendimentos familiares, logo, foi brindado com o seu primeiro cargo no serviço público, cargos privilegiados em termos de acesso a capitais econômicos, políticos e sociais, em que segue até os dias atuais em uma trajetória crescente em termos de influência política, e que, claramente, agrega o acesso as ambiências públicas aos seus próprios interesses privados (COSTA, 2023; FGV CPDOC, 2022).

Desde jovem, Ricardo Barros ocupou posições privilegiadas no setor empresarial e público, evidenciando como a estrutura familista viabiliza o acesso a recursos estatais em benefício de interesses privados, perpetuando as assimetrias de poder no Paraná. A centralidade dessas famílias no Paraná revela um campo de poder estruturado historicamente, no qual a permanência no topo das hierarquias sociais e políticas é garantida pela reprodução de capitais e pela exclusão sistemática de atores não pertencentes a esses círculos. Assim, o caso paranaense ilustra com clareza como o familismo opera como instrumento de perpetuação das desigualdades e de conservação das elites no Brasil contemporâneo.

RAÍZES E RUMOS DOS CAPITAIS: NÃO ERA SÓ MAIS UMA APARECIDA

Para Faoro (2001), a burocracia torna-se um aparelho parcial quando o estamento político ou as famílias tradicionais e dominantes orientam as instituições republicanas. O estado do Paraná tem sido um exemplo claro dessa realidade. As famílias poderosas nos campos econômicos coordenam as dinâmicas socioespaciais



por meio dos laços de parentesco que as unem. Essa capacidade de tecer laços de solidariedade entre si constrói um nível de adaptação e metamorfose as novas lógicas dos sistemas políticos que se impõe e entrelaça-se nas trajetórias individuais de seus representantes e herdeiros (OLIVEIRA, 2007).

No Paraná, o caso dos Barros, indica os traços conservadores que se manifestam em práticas como a manutenção de um sistema político que favorece a continuidade das elites. A união das famílias descritas, por meio de seus capitais, alianças estratégicas e controle de recursos, consolidaram a influência política de Ricardo. Entendemos aqui os capitais em seu sentido mais amplo, conforme empregado para descrever um sistema de trocas em que recursos ou bens de diversas naturezas são negociados e transformados nas redes complexas que operam em diferentes espaços (BOURDIEU, 2011).

Esses capitais não operam isoladamente; ao contrário, sua interação no contexto histórico-político do Paraná revela como as elites familiares utilizam suas vantagens acumuladas para influenciar decisões políticas, moldar estruturas institucionais, também em casos específicos inserir novos atores, afinal de contas a continuidade da classe dominante também é constituída de casos de “absorções” e “integrações”, “se junta a ambição, energia e virtudes do novo emergente com a fortuna e estruturas” do tradicional (OLIVEIRA, 2016, p. 15)

No fechamento da década de 1980, Ricardo Barros conhece a jovem, bonita e ambiciosa Maria Aparecida Borghetti, descendente de imigrantes italianos, nesse contexto de aproximação de Maria Aparecida com o Ricardo, ela integrava, na cidade de Curitiba, o quadro de funcionários de uma rede de televisão local filiada à antiga TV Bandeirantes. No processo de pesquisa descobrimos controvérsias sobre o primeiro cargo ocupado por ela neste trabalho, sabe-se que com trajetória na TV alçou cargos na redação, apresentação, coordenação, direção e produção dos programas da emissora.



No início dos anos noventa do século XX, destaca-se, nesse estudo, o casamento de Ricardo Barros com Maria Aparecida, que passou a ser conhecida em uma esfera pública mais ampla por Cida Borghetti, a 1ª Dama do Município de Maringá. Ricardo Barros filiou-se ao Partido da Frente Liberal - PFL, de viés conservador, na década de 1980 e foi eleito o 10º prefeito de Maringá, ocupando o cargo de 1989 a 1993, com 38.902 votos. Distinto do primeiro casamento, que uniu dois talentos no que tange as heranças patrimoniais, com esse casamento, Barros propulsionou um novo talento, ao centralizar no campo social e político os atores periféricos da família Borghetti, favorecendo-lhes a emergência social.

Figura 1: Maria Aparecida Borghetti



Fonte: O Diário do Norte do Paraná, junho de 1992².

Nascida em 18 de fevereiro de 1965, na cidade de Caçador, no meio-oeste de Santa Catarina, Cida Borghetti é a décima filha de Ires Anna Stieven Borghetti e Severino Ivo Borghetti, ambos já falecidos (GARCIA, 2018). Severino foi proprietário do restaurante italiano Cantina Casagrande, localizado no bairro Mercês, em Curitiba. Durante sua vida, se orgulhou de ser um getulista convicto e um torcedor do Sport Club Internacional. Além da Cida, o casal teve como filhos Juliano Borghetti, Adriano Ivo Borghetti, Ivana Maria Borghetti Goumon, Vera Maria

² Divulgado no Acervo Maringá Histórica / Gerência de Patrimônio Histórico. Disponível em <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/4407/1a-dama-do-municipio-cida-borghetti-1992>

Borghetti, Maria Aparecida Borghetti, Maria Edwirges Borghetti Carneiro, Ana Maria Borghetti Violani, Luiz Carlos Borghetti e Ivo Alberto Borghetti (BLOG REVISTA AUTOESTIMA, 2018).

Entre eles, destacou-se politicamente, com o apoio da Cida, Juliano Borghetti, que foi Secretário de Esportes de Curitiba entre 2004 e 2008, durante a gestão do prefeito Cassio Taniguchi. Exerceu o cargo de vereador (2008-2012) pelo Partido Progressista -PP-PR e foi administrador da Regional do Pinheirinho no governo de Beto Richa, período em que a irmã foi vice-governadora e sucedeu ao Beto como governadora (SCORTECCI, 2020).

Cronologicamente o caminho político da Cida Borghetti inicia-se com a filiação em 1980, ao Partido Democrático Social – PDS, com direcionamento de direita o partido sucedeu a antiga Aliança Renovadora Nacional – ARENA, mas é após o casamento que a sua trajetória política começa a ganhar corpo. Enquanto 1ª Dama, exerceu a presidência voluntária do Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR–1990-1992), um programa voluntário do governo paranaense para atuar em áreas sociais, seguindo a tendencia das famílias tradicionais de organizarem as suas políticas direcionando a participação feminina, principalmente, das esposas, aos trabalhos com ações sociais. Um *ethos* conhecido como o “Primeiro-Damismo” construído a partir do imaginário da mulher virtuosa como uma produtora do elo familiar, responsável pelo direcionamento dos afetos e emoções, reproduzindo uma lógica conservadora de sociabilidade (OLIVEIRA, 2016).

Cida constrói uma carreira política que reflete a influência e a perpetuação de poder dos seus novos familiares no cenário político regional, quisá, nacional. Os capitais sociais e políticos da Borghetti começam a se consolidar com os laços de parentesco produzidos com a nova famílias, os Barros (MARTINS, 2017). Em 2000, Cida Borghetti se candidatou à prefeitura de Maringá. Em 2002, foi eleita deputada estadual. De 2003 a 2011, atuou como deputada estadual pelo Paraná, sendo reeleita



para dois mandatos consecutivos (2003-2006 e 2007-2011). Nas eleições de 2014, Cida foi eleita vice-governadora na chapa de reeleição do então governador Beto Richa, tornou-se governadora em 6 de abril de 2018, após a renúncia de Richa. Em 2018, Cida Borghetti se candidatou ao cargo de governadora do estado do Paraná pelo Progressistas (PP) mas não foi eleita. No ano de 2021, foi nomeada, por Jair Bolsonaro, Conselheira da Itaipu Binacional, onde ficou até 2024.

Nesse mesmo período, 2002, Ricardo Barros disputou e foi eleito deputado federal pelo Paraná. Em 2006, novamente se elegeu deputado federal, e entre 2007 a 2010, assumiu o 4º mandato de deputado federal. Foi ministro da Saúde no governo de Michel Temer e líder do governo de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados Federais, filiado ao Partido Progressistas (PP-PR). Atualmente, está no sétimo mandato como deputado federal e exerce o cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Serviços do Paraná. Em sua vida política chama a atenção os recursos públicos destinados para Maringá e região.

A filha do casal, Maria Victoria Barros Borghetti Campos, que também atua na política como deputada estadual pelo mesmo partido, iniciou em 2023 o terceiro mandato na Assembleia Legislativa do Paraná, já tendo sido o parlamentar mais jovem do local. Os jovens herdeiros políticos, como Maria, “tendem a permanecer no sistema, uma vez que se produzem e se reproduzem dentro dele”, com apoio do “paitrocínio” (VALENCINO, 2015, p. 143).

As alianças com os estabelecidos constroem conexões com influência na configuração da esfera socioespacial³, consolidando estruturas de dominação com

³ Dessa forma, os espaços sociais e políticos, quando analisados em suas formas de inserção, revelam uma ordenação estrutural na qual as famílias tradicionais, com seus sobrenomes significativos e de grande relevância, se entrelaçam com o cenário político, perpetuando as práticas e habitus políticos. Nesse contexto, a política assume um papel central como espaço estratégico para que as famílias mais influentes de cada região consolidem suas relações político-familiares. Essa dinâmica fomenta a formação de um ethos político bem definido, caracterizado por traços comuns que integram as classes dominantes em um estilo de vida compartilhado. Esse estilo permeia tanto as esferas públicas quanto privadas, entrelaçando-se às instituições sociais e políticas. Tais instituições, por sua vez, refletem a

traços conservadores, clientelistas e anti-democráticos. O envolvimento de Juliano Borghetti, irmão de Cida Borghetti, no escândalo investigado pela Operação Quadro Negro evidencia a persistência de uma cultura política voltada à preservação de interesses privados em detrimento do bem público. A investigação revelou sua ligação com o empresário Eduardo Lopes de Souza, proprietário da Valor Construtora, envolvidos no desvio de R\$ 18 milhões da Secretaria de Educação do Paraná entre 2011 e 2018. Juliano foi condenado em 2020 por tráfico de influência, após admitir-se que recebeu pagamentos da empresa em troca da promessa de nomeação em cargo comissionado na Vice-Governadoria então ocupada por sua irmã, Cida (SCORTECCI, 2020).

Ilumina-se assim, mais um cenário de familismo e nepotismo nas esferas legislativa, executiva e judiciária do Paraná. Essa nova rede familiar composta pelos Barros configura uma "grife política", expressão de um modelo tradicional de reprodução de elites no Brasil (COSTA, 2023). A classe dominante brasileira, portanto, moldou-se, seguindo os padrões da aristocracia colonial, que 'conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, e como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente' (FAORO, 2001, p. 866), sob relações de poder em que política, Estado e parentesco se entrelaçam no mesmo tecido social.

Os capitais econômicos, simbólicos e familiares agregados a Cida por meio do casamento, certamente abriram portas para sua trajetória na vida pública, moldando não apenas sua identidade, mas também sua capacidade de articulação dentro e fora do campo político no estado do Paraná. Sua trajetória evidencia como as relações familiares podem desempenhar um papel central na consolidação dos capitais favorecendo a sua linhagem.

influência das ações e decisões dessas elites, independentemente de sua afiliação aos espectros políticos de esquerda ou direita (COSTA, 2023).



O capital econômico dessas famílias, por exemplo, frequentemente sustenta campanhas eleitorais, como foi o caso da família Massa (ZAPANI, 2021), enquanto o capital social, derivado de conexões pessoais e alianças estratégicas, asseguram a ocupação de espaços de poder, como no caso da família Borghetti-Barros (COSTA, 2023). Unindo até mesmo o nome da família ao espaço público, um tipo de capital simbólico que garante a distinção social, como ocorreu com o senhor Severino, pai da Cida, homenageado *post mortem* com seu nome identificando uma travessa no bairro Tatuquara, em Curitiba (GARCIA, 2018).

A carreira da Cida reflete a articulação entre capitais econômicos, sociais e simbólicos promovidos pela aliança matrimonial. Sua ascensão acompanha a do marido Ricardo Barros, que constrói longa carreira política, com forte influência na destinação de recursos públicos à sua base política. O protagonismo político atual da filha do casal, revela o padrão hereditário do poder concretizado na articulação entre as famílias Barros, Borghetti e Campos. E, situações como a do irmão de Cida só reiteram os limites éticos dessas estruturas, que utilizam o Estado para fins particulares. A trajetória de Cida e sua família demonstra como a articulação dos capitais familiares garantem acesso e permanência no campo político reiterando padrões pré-modernos enraizados na cultura política brasileira.

O FAMILISMO NA BASE DA CARTOGRAFIA DO PODER

“A cartografia do poder é uma complexa rede de famílias e poder, constituída por patrimônios, cargos e insígnias simbólicas” (OLIVEIRA, 2011, p. 1). Como estamos observando a participação das famílias tradicionais e economicamente poderosas no campo político, impactam diretamente a composição política e os princípios democráticos.



Em sua trajetória política, Cida Borghetti destacou-se tanto por ser a esposa de Ricardo Barros, quanto por se tornar a primeira mulher a assumir o governo do estado do Paraná, durante a gestão de Beto Richa (2011-2018), tornando-se a 56ª governadora do estado. Sendo que sem a primeira atuação, não existira a segunda. O que se expressa do mesmo modo no último cargo de relevância que ocupou, o da Usina Hidrelétrica de Itaipu, amarrado a vinculação política de seu marido ao governo de Jair Bolsonaro (GALINGO, 2024).

Essas relações atuam na construção do poder familiar, tanto para sua perpetuação quanto para sua transmutação. A esfera da família revela-se como uma ponte de sustentação, uma estrutura delineada para garantir a durabilidade e a continuidade dos nomes e sobrenomes tradicionais, 'uma vez que ordena a regularidade nas escolhas matrimoniais e define a identidade do grupo' (OLIVEIRA et al., 2017, p. 178). As alianças matrimoniais que se firmam nesses laços orientam as trajetórias político-familiares com posições de destaque. Como podemos observar abaixo na tabela o familismo dos Barros opera no interior das instituições republicanas brasileiras, convertendo a política em patrimônio hereditário e comprometendo a ideia de representação democrática ampla e plural.

Tabela 01: A tradição da família barros na política paranaense

GESTÃO	FAMÍLIA BARROS	CARGO	STATUS
1960	Silvio Magalhães Barros	Vereador em Maringá	Suplente
1964 a 1967	Silvio Magalhães Barros	Vereador (Maringá)	Eleito
1967 a 1971	Silvio Magalhães Barros	Deputado Estadual pelo Paraná	Eleito
1971 a 1973	Silvio Magalhães Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
1973 a 1977	Silvio Magalhães	6º Prefeito de Maringá	Eleito



Barros			
1989 a 1993	Ricardo Barros	10º Prefeito de Maringá	Eleito
1995 a 2011 4 mandatos consecutivos	Ricardo Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
2003 a 2011	Cida Borghetti	Deputada Estadual pelo Paraná	Eleita
2003 a 2011	Cida Borghetti	Deputada Federal pelo Paraná	Eleito
2005 a 2013	Silvio Magalhães Barros II	16º Prefeito de Maringá	Eleito
2008	Juliano Borghetti	Vereador de Curitiba	Eleito
2011 a 2014	Ricardo Barros	Secretário estadual da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul- Paraná	***
2011 a 2015	Cida Borghetti	Deputada Federal pelo Paraná	Eleita
2015 até a atualidade 2 mandatos consecutivos	Ricardo Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
2015 a 2016	Silvio Magalhães Barros II	Secretário de Planejamento e Coordenação Geral Paraná	Governo de Beto Richa
2015 a 2018	Cida Borghetti	Vice-governadora do Paraná	Governo de Beto Richa
2015 até atualidade	Maria Victoria Borghetti Barros Campos	Deputada Estadual pelo Paraná	Eleita
2016	Maria Victoria Borghetti Barros	Prefeitura de Curitiba	Não Eleita

Campos			
2016 a 2018	Ricardo Barros	45° Ministro da Saúde do Brasil	Presidente Michael Temer
2018	Silvio Magalhães Barros II	Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná	Governo Cida Borghetti
2018 a 2019	Cida Borghetti	56° Governadora do Paraná	Vice-governadora vacante.
2020	Ricardo Barros	Câmara dos Deputados - Brasília Líder do governo de Jair Bolsonaro	Governo Jair Messias Bolsonaro

Fonte: Costa, 2023.

A tabela apresenta a reprodução dos capitais com uma longa linhagem de cargos eletivos e nomeações envolvendo múltiplos membros da família Borghetti-Barros, que consolidaram sua posição política ao longo de gerações. Esse é um padrão de dominação, construído com base em alianças familiares por meio de um conjunto de relações pessoais, sociais e afetivas que produz um pacto social estabelecido na própria unidade familiar (OLIVEIRA, 2018).

A união dos Barros aos Borghetti favorecera a manutenção das suas estruturas familiares no estado, moldando-o com padrões tradicionais, como nepotismo, empreguismo e familismo. É dessa maneira que a oligarquização da política paranaense se aprofunda, influenciando eleições ao longo de várias gerações e atingindo diversos níveis de poder (OLIVEIRA, 2018b; GOULART, 2018a).

A trajetória de Maria Victoria Borghetti Barros Campos reforça a lógica de reprodução do poder familiar já evidenciada nas gerações anteriores da família Barros-Borghetti. Herdeira política desde os 22 anos, Maria Victoria não apenas assume uma cadeira no legislativo estadual como também fortalece seus capitais por

meio de um casamento estratégico com Diego da Silva Campos⁴, integrante de um influente escritório de advocacia no Paraná. Esse enlace, como indicam Canêdo (2011) e Oliveira (2016), citado por Goulart (2018a), não se limita ao campo afetivo: trata-se de uma aliança que amplia o alcance da família no sistema judiciário e reforça suas vantagens na arena política.

Monteiro (2016) aponta que, no ethos das elites políticas brasileiras, tais casamentos funcionam como instrumentos conscientes de fortalecimento e expansão do poder, incorporando novos capitais sem comprometer o controle familiar. A união de Maria Victoria exemplifica essa estratégia, ao transformar a aliança matrimonial em mais um vetor de consolidação de uma dinastia política, adaptando-se às exigências contemporâneas sem romper com as estruturas tradicionais de dominação familiar. Desenha-se uma cartografia do poder baseada em sobrenomes, redes simbólicas e alianças seletivas, configurando uma lógica patrimonialista e conservadora que tensiona os fundamentos democráticos.

A trajetória política de Ricardo Barros destaca-se pelo acesso a cargos estratégicos no alto escalão do poder público, incluindo o Ministério da Saúde, refletindo sua centralidade na engrenagem político-partidária nacional. Sua atuação legislativa é marcada por uma agenda regressiva e antissocial, com votações sistematicamente alinhadas a interesses de elites econômicas e em desfavor das minorias. Entre suas posições mais controversas estão o voto contra a criação da

⁴ Diego da Silva Campos é filho de Denise Caetano da Silva Campos e Rosinei Terna de Campos. Sócio da Braz Campos Advogados “Heads” dos departamentos de Resoluções de Disputas em Direito Eleitoral e Judicial. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) em 2006 – 2010, é mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela mesma instituição de ensino e Pós-Graduado Lato Sensu em Direito Eleitoral pelo IDDE (Instituto para o Desenvolvimento Democrático)⁴, com sede em Belo Horizonte (MG). Possui atividades como professor convidado em cursos de pós-graduação em direito ou cursos de extensão (Abdconst, ESA, FIEP, dentre outras); membro titular da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/PR (atual); membro titular da Comissão de Direito Empresarial (atual). Diego é membro da Comissão de Direito Empresarial da OAB/PR no triênio 2016-2018; membro da Comissão de Recuperação Judicial e Falência da OAB-PR (gestão 2013-2015); ex-coordenador do Curso de Pós Graduação em Direito Empresarial da Abdconst; ex-professor de Direito Civil e Administrativo da Graduação em Direito da PUCPR e ex-professor de Direito Empresarial da Graduação em Direito da Uni Brasil (BRAZ CAMPOS, 2022).

CPMF — favorecendo grandes detentores de capital — e o apoio ao fim da estabilidade no serviço público. Barros também foi favorável ao aumento do número de vereadores no país, à flexibilização das leis trabalhistas, à liberação de agrotóxicos perigosos e ao afrouxamento das exigências do licenciamento ambiental.

É coerente com projetos neoliberais e privatistas, muitas vezes em dissonância com princípios democráticos e de justiça social. Soma-se a isso o apoio político a figuras emblemáticas do conservadorismo e da crise institucional brasileira, como Eduardo Cunha, visto que foi contra a cassação deste parlamentar. Por outro lado, sem respeitar o voto democrático, apoiou o Golpe Jurídico Parlamentar em detrimento de Dilma Rousseff. A longa permanência de Barros no poder, sustentada por alianças familiares e interesses econômicos, revela como sua influência opera na manutenção de uma ordem social excludente, consolidando uma elite política que atua em benefício próprio sob o discurso ideológico de ser favorável à democracia e ao social (COSTA, 2023).

Essa conexão entre familismo e redes de influência política contribui para o sucesso e avanço de uma classe política tradicional, determinada a permanecer nas rodas de poder. A trajetória da Cida é um exemplo intrigante de conversão de capitais, o capital familiar determinou seu capital econômico, garantindo-lhe a ascensão. Como sintetiza Bourdieu (2011, p. 31), “o capital social de tipo político adquirido nos aparelhos dos sindicatos e dos partidos é transmitido por meio de redes de relações familiares, resultando na constituição de verdadeiras dinastias políticas”.

Os capitais políticos e matrimoniais mobilizados por Cida Borghetti tornam-se evidentes em sua entrevista à Revista TOPVIEW, especialmente quando é questionada sobre possíveis influências do cônjuge em suas decisões no campo político paranaense. Ao responder, a parlamentar explicita que suas referências políticas estão profundamente ligadas à família Barros, ressaltando o papel central de



seu marido, Ricardo Barros, como principal articulador de sua trajetória no Estado. Além disso, afirma que suas reflexões e inserções políticas não se restringem ao âmbito regional, alcançando também projeção nacional.

Ao comentar diretamente sobre a influência de Ricardo Barros em sua formação política, Cida o enaltece, referindo-se a ele como “um político de resultados” e “um dos gestores mais respeitados do país”. Destaca ainda que ele é “um dos maiores especialistas em orçamento público e um conselheiro sempre disposto a auxiliar quem o procura” (SOUSA, 2018).

Retomando o debate sobre os capitais familiares no campo político, à luz do conceito desenvolvido por Canêdo, é possível observar como os vínculos matrimoniais entre Cida Borghetti e Ricardo Barros sustentam uma estratégia relacional baseada na complementaridade de capitais. Tais vínculos são acionados como instrumentos de manutenção e expansão de poder, prestígio e recursos simbólicos e sociais, fundamentais para a consolidação de suas posições no jogo político (CANÊDO, 2011, citado por GOULARTa, 2018, p. 83).

No caso da Cida Borghetti Barros, a cooptação da influência e do suporte político já existente com os Barros, se constituiu em habilidades determinantes para a sua consolidação e permanência no jogo político. Infelizmente, no Paraná, isso demonstra como o campo político foi e ainda é construído, visto que essa se trata de mais uma presença constante de famílias tradicionais nos processos decisórios e nos cargos estratégicos do poder político, (OLIVEIRA, 2007).

A influência das estruturas familiares no exercício do poder, com hábitos que se aproximam da permanência de antigas relações e práticas arcaicas do Antigo Regime (MAYER, 1981). Mas, no momento em que os três membros da família, à saber: o pai Ricardo, a esposa Cida e filha Maria, foram eleitos para ocupar cargos públicos, Barros caracterizou como natural os filhos de políticos procurarem a mesma carreira dos pais, acrescentou que tal situação é benéfica para a estrutura

pública. Em concordância Maria Victoria argumenta que “nasci na política, cresci na política. Eu me preparei ao longo do tempo para dar continuidade a essa boa política que eu aprendi em casa”⁵. Além da transcendência da família no poder e da inserção do seu núcleo mais íntimo, perpetuam ainda um imaginário, um tipo de status de “espírito de família”, como afirmado por Bourdieu (2006), cristalizando tais relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exploramos aqui o entrelaçamento entre o poder político e as relações familiares em um contexto em que as famílias-políticas e as instituições desempenham papéis cruciais na manutenção das relações de poder. Investigamos como essas relações contribuíram para a ascensão da Cida Borghetti no espaço público, observando a continuidade geracional da trajetória política da família Barros, ao qual se uniu, e a construção dos Borghetti-Barros no estado do Paraná.

Destacando a carreira de Maria Aparecida Borghetti, cuja trajetória política está intimamente vinculada à de seu marido, Ricardo Barros, esse estudo revela de forma crítica e contundente como o poder político no Paraná — e, por extensão, no Brasil — se estrutura com base em lógicas de familismo, nepotismo e clientelismo, configurando o que Oliveira (2016) chama de uma “cartografia do poder”. A análise da trajetória de Cida Borghetti e da família que constituiu, os Borghetti-Barros, evidencia a reprodução de uma elite política tradicional, na qual os laços de sangue, casamentos estratégicos e redes de influência operam como mecanismos centrais para manutenção e reprodução do poder público, em detrimento de uma lógica democrática e meritocrática.

⁵ Ver em Cidade Verde: Mãe, pai e filha são eleitos para cargos públicos no Paraná, em 07/10/2014. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/175335/mae-pai-e-filha-sao-eleitos-para-cargos-publicos-no-parana>

A trajetória de Cida Borghetti e de outras figuras inseridas no seu âmbito familiar, revela que a política brasileira continua fortemente alicerçada em estruturas patriarcais e patrimonialistas, nas quais o gênero opera como uma variável fundamental de exclusão e diferenciação. Embora algumas mulheres acessem cargos de poder, como foi o caso de Cida, sua entrada no campo político, está condicionada a capitais herdados — familiares, simbólicos e matrimoniais —, o que evidencia que tais conquistas não representam, necessariamente, avanços rumo à equidade de gênero.

O casamento, nesse contexto, emerge como um instrumento estratégico de inserção política, mas também como um mecanismo de controle e reprodução de lógicas hegemônicas. Ao se vincular às elites tradicionais por meio do matrimônio, Cida conquistou um canal de acesso que a integrou a uma ordem política já estabelecida, na qual seus percursos foram e são moldados conforme os interesses familiares. Sua trajetória, ainda que marcadas pela ascensão pública, tende a perpetuar desigualdades estruturais e a reforçar os *habitus* políticos das oligarquias regionais.

A entrada de mulheres no campo político, quando viabilizada por alianças familiares e simbólicas, não representa, por si só, a democratização desse espaço. Ao contrário, reforça a barreira invisível que impede a participação de outras mulheres — especialmente aquelas sem os capitais necessários —, tornando a política um ambiente hostil à diversidade de experiências femininas. Nesse sentido, o gênero, articulado à lógica do familismo e à reprodução das elites, não apenas opera como um marcador de desigualdade, mas como um filtro que seleciona quais mulheres podem ocupar espaços de poder e sob quais condições.

Ao evidenciar a trajetória de Aparecida, observamos os limites da representatividade feminina quando desassociada de uma perspectiva emancipatória. A centralidade das relações familiares na política estadual

paranaense. A instrumentalização do Estado como extensão de interesses privados e familiares. A presença de alianças matrimoniais e estratégias simbólicas para a manutenção do poder. A fragilidade da representação democrática diante da consolidação de dinastias políticas e a reprodução de padrões arcaicos e elitistas, herdados da lógica colonial. É nesse sentido que reforçamos a hipótese de que as alianças patrimonialistas e familiares continuam sendo uma das principais barreiras ao avanço efetivo da democracia nos distintos espaços nacional, tal como no Paraná.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Olívia. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**: estudo sobre a CODEPAR. São Paulo: Símbolo, 1978.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A referência: A família patriarcal brasileira**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org.). *Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil*. São Paulo: LiberArs, 2018a. p.49-63.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ªed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996 (p. 35-52).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. (5a ed) Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: Crítica social do julgamento. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRAZ CAMPOS. Advogados. Diego Campos. Sócio. Bio. 2022. Disponível em: <https://www.brazcampos.com.br/advogado/diego-campos/>. Acesso em: 20.08.2022.

BLOG REVISTA AUTOESTIMA. **Defesa de doutorado do aluno Ivo Alberto Borghetti**. 26 jun. 2018. Disponível em: <http://blogrevistaautoestima.blogspot.com/2018/06/defesa-de-doutorado-do-aluno-ivo.html>. Acesso em 08.04.2023.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciência Social**, v.8, n.15, jan./jun., 2011, p.55-74.

CARVALHO. J. M. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**, 1997.

COSTA, Priscilla Cidral da. **“Família ainda importa”**: Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti. Uma perspectiva sociológica das relações de poder político e Familiar no Paraná. Curitiba. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná,



Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/82599>. Acesso em: 08jul. 2023.

FAORO, Raymundo. **A viagem redonda**: Do patrimonialismo ao Estamento. In: FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001. p. 865-887.

FGVCPDOC. Verbete. **Ricardo José Magalhães Barros**. Biográfico. 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ricardo-jose-magalhaes-barros>. Acesso em: 28.08.2022.

GALINDO, Rogerio. **Herdeiro de dois impérios, paranista, pupilo de Beto Richa**: quem é o prefeito eleito Eduardo Pimentel. Plural Curitiba, Curitiba, 27 Out. 2024. Poder. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/herdeiro-de-dois-imperios-paranista-pupilo-de-beto-richa-quem-e-o-prefeito-eleito-eduardo-pimentel/>. Acesso em: 23 Nov. 2024.

GARCIA, Euclides Lucas. Conheça o hobby de Cida Borghetti. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 set. 2018. Política, Paraná, Tempo Livre. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/eleicoes-2018/cida-aprendeu-a-cozinhar-com-a-nonna-conheca-o-hobby-da-candidata-do-pp-dm173mdw6qcexs1fbsl22b350/>. Acesso em: 08 maio 2022.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Coronelismo e poder local no Paraná** (1880-1930). Curitiba: Ed. Da Autora, 2018a.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Família e Política: Repensando relações. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Família Importa e Explica**: Instituições Políticas e Parentesco no Brasil. 1ª edição. São Paulo: LiberArs, 2018b. p. 65-94.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. **Raposas e outsiders no futebol paranaense: um estudo sobre relações de poder e genealogia**. Curitiba: Instituto Memória, 2019.

LAIBIDA, Sylvana Kelly Marques da Silva; FIORAVANTE, Cassia Nataline; LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz; COSTA, Priscilla Cidral da. Amassando à Massa: bastidores da mídia, poder político familiar e democracia. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 126–154, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/97929>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MARTINS, Rafael Moro. **O Céu é o limite**: Os movimentos do camaleônico ministro da Saúde, Ricardo Barros, para fazer de sua família a nova oligarquia do Paraná. Questões de Política. 17 jul. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ceu-e-o-limite/>. Acesso em: 13.10.2022.



MATHEUS, Sandoval. O clã mais poderoso da província. **Plural Curitiba**, Curitiba, 20 Mar. 2019. Poder. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/o-cla-mais-poderoso-da-provincia/>. Acesso em: 20 Nov. 2024.

MAYER, Arno J. **A força da tradição**: A persistência do Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

MONTEIRO, José Marciano. A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

MONTEIRO, José Marciano. Partidos políticos e o duplo sentido da herança política. In: MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político. São Paulo: LiberArs, 2017. p. 97-105.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias**: classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930). Tese de Doutorado em Sociologia – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas – São Paulo. 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza**: redes políticas no Paraná em 2007. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 150-169, jun./dez. 2007.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A “Nobreza da Terra” nas Vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul. In: **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. 2011, Lisboa. p. 01-25. Disponível em: https://www.academia.edu/590650/A_Nobreza_da_Terra_nas_vilas_de_Paranagu%C3%A1_Curitiba_e_S%C3%A3o_Francisco_do_Sul. Acesso em: 03.09.2024.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012a.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Nepotismo estrutural do Paraná em 2015. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015. p. 375-386.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Sem mulheres não há nepotismo. “Cherchez la femme” e principalmente “Cherchez la famille”**. Mulheres, família e genealogias emergentes! In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. 2º ed. Curitiba Urbi, 2016. 13-33.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Cristina; MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomando e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.5, p. 165-198, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Como definir família? In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018a.



PRADO JUNIOR, Tarcis. **Espetáculo do Brasil**: Lava Jato ou Lawfare in natura, 2023.

SANT'ANA, Hugo. Sarney Bisavó. SANT'ANA, Hugo. In: Paulo Pimentel, **Momentos Decisivos**. Curitiba, Travessa dos Editores, 2008b. p. 254-256.

SOUSA, Marc. **Cida Borghetti: a mulher mais poderosa do Paraná**. Revista TOPVIEW. Curitiba, n. 211, 01 fev. 20018. Entrevista.

SCORTECCI, Catarina. Irmão de ex-governadora é condenado em processo derivado da Quadro Negro. **Gazeta do Povo**, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/irmao-ex-governadora-condenado-processo-derivado-quadro-negro/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

VALENCIANO, Tiago; LEAL & SILVA, Rafael Egídio. **Famílias no poder e no espaço: Quem, onde e como o espaço familiar e o parentesco se formam no Paraná**. In: Olinda, Ifigênia Porto, editores do autor. Curitiba, 2013. p.98-125.

VALENCIANO, Tiago; LEAL & SILVA, Rafael Egídio. **Famílias no poder e no espaço: Quem, onde e como o nepotismo se mantém na política paranaense**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). Estado, classe dominante e parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015. p.355-373.

ZAPANI, André Kron Marques. **Coronelismo eletrônico no Paraná**: estado, mídia e parentelas em querelas (nada) rastaqueras. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

WOLKMER, Antonio. **Tradicionalismo e prática política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.4, n.1, p. 105-120, 2012.

Recebido: 15 de março de 2025

Aceito: 10 de junho de 2025

Publicado: 09 de agosto de 2025

